



Diário Oficial
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALHANDRA
Criado pela Lei Nº 161, de 21 de Outubro de 1975

ANO ALHANDRA ESTADO DA PARAIBA EM, 14 DE SETEMBRO DE 2.000

Nº

A T O S D O P O D E R E E X E C U T I V O

LEI 250/2.000, de 14 de setembro de 2.000

Cria o Instituto de Proteção à Maternidade e à Infância de Alhandra e dá Outras Providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE ALHANDRA, ESTADO DA PARAIBA, Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei.

Art. 1º - Fica criado o Instituto de Proteção à Maternidade e à Infância de Alhandra, destinado a prestar assistência a Maternidade, nascituros, recém nascido e as crianças pobres do município.

Art. 2º - A Instituição tem por finalidade a proteção e assistência à maternidade e à infância em geral, selando pela saúde, o bem estar e às necessidades da crianças, da gestante e especialmente:

I – Higiene à maternidade e à infância, sua proteção e assistência antes, durante e depois do parto;

II – Assistência médica à criança e à nutriz enferma;

III - Assistência alimentar a nutriz, a gestante e a criança em estado de desnutrição ou reconhecidamente pobre, principalmente de família com prole numerosa;

IV – Distribuição de roupas, agasalho e calçados às crianças e gestantes sem recursos;

V – Proteção e educação às crianças órfãs e abandonadas que vivam nas vias públicas sujeitas à fome, ao vício, ao analfabetismo, à contravenção, à perversão e ao crime, por falta de amparo, bem como de filhos de pais com doenças infecto-contagiosas, comprovadamente pobre, por meio de colocação familiar, em trabalhos a ser prestado ao município, internamento e quaisquer outros meios que se tornem necessários;

VI – Proteção, tratamento e educação de crianças com invalidez parcial permanente;

VII – Proteção, recreação e educação especial de crianças cujas mães trabalhem fora do lar;

VIII – Divulgação dos preceitos de higiene, puericultura, recreação orientadas de crianças pelo serviço social através de palestras e cursos exposições e outros meios de comunicação;

IX – Recreação e educação física dirigida às crianças em geral;

X – Outras iniciativas ou empreendimentos médico-social a favor da maternidade e da infância.



Diário Oficial
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALHANDRA
Criado pela Lei Nº 161, de 21 de Outubro de 1975

ANO ALHANDRA ESTADO DA PARAIBA EM, 14 DE SETEMBRO DE 2.000 Nº

§ 2º - O município doará ao Instituto todo o patrimônio que lhe foi transferido pela Associação de Proteção à Maternidade e à infância através da ata de sua Assembléia Geral Extraordinária do dia 18/04/96.

§ 3º - O Instituto Organizará, instalará manutém estabelecimentos destinados à proteção e assistência à maternidade, tais como:

- a) - Manutenção da Maternidade Rivalina Arrais;
- b) - Manutenção dos postos de atendimento já existente e a serem instalados;
- c) - Centro de puericultura;
- d) - Creche;
- e) - Casa da Criança
- f) - Cantina maternal e infantil para lactentes, gestantes e crianças desnutridas;
- g) - Educandário infantil para crianças órfãs e abandonadas;
- h) - Hospital regional do município.

Art. 3º - O Instituto será administrado por um Superintendente a ser nomeado pelo Prefeito do Município de Alhandra;

Parágrafo primeiro. O Superintendente do Instituto nomeará pessoas de sua confiança para auxiliar na sua administração.

Art. 4º - Serão auxiliares:

- I - 01 Secretário;
- II - 01 Tesoureiro;
- III - 01 Assistente Jurídico.

Art. 5º - Os recursos, que serão constituídos através de verbas Federal, Estadual e Municipal, administrados pelo Superintendente do Instituto que para esta, assinará os documentos juntamente com o Secretário ou tesoureiro, relativamente aos de sua competência.

Art. 6º - O Superintendente do Instituto abrirá contas de depósito, com os poderes inerentes à sua movimentação, para recepção dos recursos necessários à administração, inclusive os oriundos do Sistema Único de Saúde.

Art. 7º - Decreto do Poder Executivo Municipal de Alhandra regulamentará a presente lei.

Art. 8º - I Instituto de Proteção à Maternidade e à Infância de Alhandra é declarado de utilidade pública.

Art. 9º - Fica aberto um crédito especial no valor de R\$ 20.000,00 (vinte



Diário Oficial
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALHANDRA
Criado pela Lei Nº 161, de 21 de Outubro de 1975

ANO ALHANDRA ESTADO DA PARAIBA EM, 14 DE SETEMBRO DE 2.000 Nº

Prefeitura municipal de Alhandra, aos 14 (quatorze) dias do mês de setembro de 2.000.


(Ataídes Mendes Pedrosa)
(Prefeito)